

Empresas

Redução de sódio nos alimentos tem de ser gradual, diz Karin Van Het Hof, da Unilever **B7**



RUY BARON/VALOR

Destaques

Shell deixa a Comgás

A Cosan Indústria e Comércio informou que a Shell encerra opção de venda da fatia de 16,77% que detém na Comgás à Cosan Limited, pelo preço de R\$53,05 por ação. A operação soma R\$ 1,156 bilhão. A Cosan Limited é controladora da Comgás. Em contrapartida, a Cosan Limited pagará R\$ 208,65 milhões à Shell na data de fechamento da operação, mais R\$ 214,9 milhões no aniversário de um ano da conclusão da transação, e entregará ainda 4,99% da fatia que detém na Cosan Indústria e Comércio. O fechamento da transação depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

CVM X Petrobras

A CVM abriu processo sancionador em que acusa 40 pessoas entre atuais e ex-administradores da Petrobras. O caso analisa infrações às normas contábeis, em vista de irregularidades e inconsistências na elaboração dos testes de recuperabilidade ("impairment") efetuados, ou não, para a UGC Abastecimento. Entre os acusados estão o diretor financeiro e de relações com investidores, Ivan Monteiro, o diretor executivo de refino e gás natural, Jorge Celestino e a diretora de exploração e produção, Solange Guedes. A UGC Abastecimento é a sigla que define o conjunto de ativos que compõem as refinarias, terminais e dutos, e os ativos logísticos operados pela Transpetro. Também estão na lista de acusados os ex-presidentes Aderm Bendine, Maria das Graças Foster e José Sérgio Gabrielli, assim como ex-diretores envolvidos na operação Lava-Jato. Além deles, os ex-membros do conselho da Petrobras: Guido Mantega, Jorge Gerdau Johannpeter, Miriam Bekhor e Fábio Barbosa estão na lista de acusados.

Banco Postal continua

Um acordo entre os Correios e o Banco do Brasil permitirá que os serviços do Banco Postal sejam mantidos em 1.827 agências de 12 Estados até 31 de janeiro de 2018. O acordo ainda não foi formalmente assinado, mas já foi informado em comunicado interno, ao qual o Valor teve acesso, na noite de ontem. No fim de setembro, os Correios anunciaram que os altos custos com a manutenção e segurança dessas agências tornavam "insustentável" sua abertura a partir de hoje. Esse ganho adicional foi gerado por ações judiciais que obrigaram a estatal a contratar vigilantes sob alegação de se tratar de atividade de risco, semelhante a de agências bancárias tradicionais.

valor.com.br

Divã Executivo



Telecomunicações Hipótese de intervenção na empresa perde força

Governo quer primeiro solução para multas da Oi

Claudia Safatle, Rafael Bitencourt e Fábio Pupo
De Brasília

Na estratégia definida pelo grupo de trabalho que conduzirá uma solução para a Oi, empresa que está sob recuperação judicial, a primeira questão a ser enfrentada será a equação dos débitos de cerca de R\$ 11 bilhões da operadora com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), decorrente de multas por descumprimento de metas e de qualidade na prestação de serviço, dentre outras. O grupo foi criado na segunda-feira por determinação do presidente Michel Temer, ontem teve a primeira reunião e a próxima está marcada para o dia 16. O governo promete uma rápida definição também para os bancos federais credores da companhia e para os credores externos, nessa ordem.

A advogada-geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, que coordena a discussão, disse ontem, após a reunião no Ministério da Fazenda, que todas as possibilidades estão sobre a mesa, sem exceção.

Perguntada especificamente sobre a ideia, defendida pela empresa, de se trocar as multas da empresa na Anatel por investimentos, usando Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou, ainda, pela extensão do prazo para pagamento de dívidas para até 20 anos, mediante a edição de uma medida provisória, Grace não descartou nenhuma das alternativas. "É uma das possibilidades. É o início de um trabalho e não há exclusão de nenhuma possibilidade", afirmou. O problema, segundo avaliação da área econômica, é que a conversão de multa em investimentos abriria precedente para que as demais empresas buscassem o mesmo benefício.

A Anatel possui cerca de R\$ 11 bilhões em créditos a serem tratados na recuperação. Boa parte, por imposição da legislação declarada pela Advocacia-Geral da União (AGU), não pode ser negociada nas mesmas condições de créditos de agentes privados — ou seja, sujeitos a parcelamento superior a cinco anos e descontos. Para multas ainda não tratadas no âmbito judicial, a Oi poderia parcelar o pagamento em

até 20 anos, mediante entrada de 20%. Isso foi definido na Medida Provisória 780/2017, aprovada no Congresso no mês passado.

Indagada sobre se parte dos créditos públicos poderiam ser enquadrados na MP 780/2017, a advogada geral da União disse: "Os cenários estão abertos. A medida provisória está aí, então todas essas possibilidades a empresa também trabalha com elas... E o grupo de trabalho não pode desconsiderar".

O grupo de trabalho não vai interferir no processo de entrega do plano de recuperação judicial — cujo prazo termina amanhã — cuja questão fica a cargo dos credores. Não compete à AGU e ao grupo de trabalho interferir diretamente. Os bancos sim, como credores, que teriam aptidão para analisar a questão do prazo", disse ela.

O presidente Michel Temer estabeleceu como premissa para o grupo de trabalho encarregado de encontrar uma solução para a empresa Oi, que carrega uma dívida de R\$ 64,5 bilhões e está em recuperação judicial, a manutenção da prestação de serviços. Além de ser a operadora que mais atende os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), há 212 cidades que têm na Oi a única prestadora de serviços de telefonia fixa e de celular e em inúmeras outras onde há mais de uma operadora, elas usam a rede da Oi. Perdeu força, portanto, a possibilidade de intervenção na empresa, como chegou a ser cogitada pela Anatel, embora essa seja uma proposta à mão como última alternativa.

Ao criar o grupo sob coordenação da Advocacia Geral da União (AGU), com a participação do Ministério da Fazenda, dos bancos públicos federais credores e da agência reguladora (Anatel), o governo pretendeu criar um só canal de interlocução com apenas um comando. Até então, um dos acionistas, Nelson Tanure, estava procurando cada um dos credores com uma proposta. Sob coordenação da AGU, o governo entende que qualquer solução que venha a ser definida representará segurança para novos potenciais investidores que precisem ser atraídos para colocar dinheiro novo na companhia. (Colaborou Fábio Graner)

Ver mais na página B4



Grace Mendonça é 'workaholic' e sua versatilidade em sugerir soluções para problemas impressionou Michel Temer

Especialista em desatar nós tenta achar saída para tele

Andrea Jubé e Bruno Peres
De Brasília

Aos 49 anos — mais de um terço deles dedicados à Advocacia Geral da União, — a advogada Grace Mendonça especializou-se em desatar nós cegos da administração federal. Há um ano, ela aceitou o convite inesperado para assumir o comando da instituição em meio à primeira crise do governo Michel Temer. Desde então, tornou-se um dos auxiliares mais requisitados e frequentes nas reuniões presidenciais.

Há dois dias, encara mais um nó difícil de desfazer: à frente do grupo de trabalho criado pelo governo, tenta viabilizar uma solução jurídica para evitar a falência da Oi, uma gigante da telefonia mergulhada em uma dívida bilionária, mas com capital de 140 mil funcionários e geração de receita tributária igualmente bilionária.

Num governo diariamente assombrado pelo espólio de 14 milhões de desempregados, Grace tem a missão de garantir a manutenção desses 140 mil postos, número que representa quatro vezes as vagas abertas em setembro, após meses de estiagem no mercado de trabalho. Foram 35 mil novas contratações formais, segundo o último relatório do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Outra motivação para evitar o fechamento da Oi é o rombo fiscal de R\$ 159 bilhões previsto para este ano e para 2018. A Oi assegura uma receita estimada de R\$ 16 bilhões anuais aos cofres do Tesouro Nacional.

A experiência jurídica, especialmente no tocante às agências reguladoras, justifica a indicação de Grace Mendonça para coordenar o grupo de trabalho criado pelo governo para analisar a situação da Oi. A AGU tem pareceres específicos sobre a destinação dos créditos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), maior credora da empresa — a dívida é de R\$ 11 bilhões.

O débito junto à Anatel é uma fonte de incerteza sobre o futuro da Oi, mas Grace, ontem, deu acenos esperançosos para a empresa ao anunciar a possibilidade de conversão das multas em investimentos. Há pareceres da AGU, contudo, com recomendações em sentido contrário, e outros sugerindo que os créditos da Anatel não constem na lista de credores.

Grace Mendonça, há um ano à frente da AGU, já solucionou impasses relacionados à Cemig e à PEC do Teto dos Gastos

Grace é "workaholic" e leva trabalho para casa. Sua versatilidade na apresentação de mais de uma solução para um problema impressionou Temer e lhe franqueou acesso cada vez mais frequente ao gabinete presidencial. Sempre que demandada, a chefe da AGU propõe ao presidente mais de um formato para a mesma questão: decreto presidencial, portaria ou medida provisória.

Ela não foi a primeira escolha de Temer. Chegou ao cargo por

indicação do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, depois que seu antecedente, Fábio Medina Osório, acusou o governo de tentar "abafar a Lava-Jato". Gilmar conhecia o desempenho de Grace à frente da Secretaria de Contencioso da AGU, que lida com os processos da União na Corte Suprema.

Além do conhecimento jurídico, Grace revelou traquejo político e espírito conciliador. Ela transita com igual desenvoltura no núcleo político e na equipe econômica, com quem trabalha em conjunto para assegurar a legalidade das medidas de ajuste fiscal e das reformas estruturantes.

Antes do imbróglio da Oi, solucionou outros impasses desafiadores. Assegurou a realização do leilão das usinas hidrelétricas da Cemig, depois que a bancada de Minas Gerais tentou impedir o negócio com liminares judiciais. Também defendeu no Supremo a constitucionalidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos, que a oposição tentou inviabilizar.

Há um mês, levou alívio ao Planalto ao assegurar, numa noite de sexta-feira, a adesão do Rio de Janeiro ao programa de recuperação fiscal do Ministério da Fazenda.

O governo fluminense tinha urgência na assinatura do acordo, mas o trâmite burocrático arrastava-se havia dois meses e Grace contornou um entrave levantado pela Procuradoria da Fazenda Nacional. A expectativa, agora, é por uma saída igualmente positiva diante de mais esta encruzilhada.